

## O SABER DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR TERRITÓRIO NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS<sup>1</sup>

Egídio Martins<sup>2</sup>  
Wilmenson Alfaia Moreira<sup>3</sup>

### Resumo

O presente artigo analisa o saber dos sujeitos envolvidos nos movimentos sociais e a luta por território no contexto da Prelazia de Cametá, na região no Baixo Tocantins nas décadas de 1980 e 1990. Apoiase no materialismo histórico-dialético, articulado com entrevista semiestruturada. Os sujeitos pesquisados eram explorados pela oligarquia local por meio da comercialização dos produtos nativos da Amazônia, como borracha, cacau e outros. Conclui-se que, para livrar-se das ideologias do capital, faz-se necessária a organização dos trabalhadores como sujeitos de classe para si.

**Palavras-Chave:** Território; Capital; Trabalho.

### SOCIALES Y LA LUCHA POR TERRITORIO

### Resumen

El presente artículo investiga el saber de los sujetos involucrados en movimientos sociales y la lucha por territorio en el contexto de la Prelatura de Cametá, en la región del Bajo Tocantins en las décadas de 1980 y 1990. Se apoya en el materialismo histórico-dialéctico, articulado con encuesta semiestruturada. Los sujetos investigados eran explorados por la oligarquía local a través de la comercialización de los productos nativos de la Amazonía, como caucho, cacao y otros. Se concluye que, para librarse de las ideologías del capital, se hace necesaria la organización de los trabajadores como sujetos de clase para si propios.

**Palabras-Clave:** Territorio; Capital; Trabajo.

### THE KNOWLEDGE OF SOCIAL MOVEMENTS AND THE FIGHT FOR TERRITORY

### Abstract

The present article analysis the knowledge of social subjects involved in movements and the fight for territory in the context Cametá Prelacy, in the region from Low Tocantins in the 1980s and 1990s. Supports on the materialism historical-dialectic, articulated with semi-structured interview. The research subjects were explored by the local oligarchy through the marketing of natives products in the Amazonian, like rubber, cocoa and others. It is concluded that, for get rid of from capital's ideologies, it is necessary an organization of workers like class subjects for themselves.

**Keywords:** Territory; Capital; Word.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 11/06/2025. Aprovado em 25/03/2026. Publicado em 22/04/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.67431>

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá. E-mail: [egidio@ufpa.br](mailto:egidio@ufpa.br).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0023780308259461>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1903-3908>.

<sup>3</sup> Mestre em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Instituto Vicentino Nossa Senhora Auxiliadora – IVNSA. E-mail: [wil.alfaia@yahoo.com.br](mailto:wil.alfaia@yahoo.com.br).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4404897338677697>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9530-3675>.

## Introdução

O presente artigo é produto de uma pesquisa desenvolvida no mestrado, defendido no ano de 2023, junto à Universidade Federal do Pará, com o título *Prelazia de Cametá: experiência formativa de lideranças comunitárias nas décadas de 1980 e 1990 na perspectiva dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora*. A inquietação pela pesquisa se materializa em desvendar como no período citado os trabalhadores ligados aos movimentos sociais, como Colônia Z-16 e o Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá construíram instrumento de luta em prol de seus interesses, ao mesmo tempo se fortalecendo como classe contra as ideologias do capital.

Analisar os saberes como categoria histórica no processo de formação humana requer compreender o movimento dialético materializado na reflexão sobre o território, e este, por sua vez, segundo Saquet (2008), é produto das relações socioeconômicas, políticas e culturais, ao mesmo tempo inter-relacionadas com as correlações de forças ideológicas que pairam nas classes sociais entre capital e trabalho. É nesse sentido que o presente estudo analisou os saberes dos sujeitos trabalhadores organizados em coletivos, como Colônia de Pescadores Z-16 e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em favor de seus interesses, contra grupos articulados com as ideologias do modo de produção vigente nas décadas de 1980 e 1990 no contexto da concepção da Prelazia de Cametá, na região do Baixo Tocantins.

As ideologias do capital são representadas na região do Baixo Tocantins, com destaque para o município de Cametá, a partir de grupos oligárquicos que, na década de 1980, assumiram a comercialização dos produtos regionais, como pimenta-do-reino, cacau, borracha e outros. Esses produtos eram, no período mencionado, muitos rentáveis na Europa, gerando grandes lucros para as empresas automobilísticas que estavam iniciando a industrialização de peças para carros, como, por exemplo, pneus advindos da borracha extraída da seringueira, árvore nativa da Amazônia (Rodrigues, 2012).

Os comerciantes estrangeiros que se fixaram na região do Baixo Tocantins a partir do século XIX construíram estrutura comercial que Mendes (2005) denomina

“mandonismo<sup>4</sup>”, uma relação comercial que se materializava entre patrão e trabalhador. O patrão era o comerciante, e este por sua vez tinha o trabalhador preso a sua relação comercial, de modo que o patrão fornecia, aos trabalhadores, alimentos como produto de troca, firmados num contrato para pagar depois da extração da produção nativa. A essa relação Sousa (2002) chama “aviamento<sup>5</sup>”.

Na relação de aviamento, o trabalhador nunca pagava sua dívida, de modo que os produtos eram muito caros, e o trabalhador precisava de alimentos para sustentar sua família, por isso sempre precisava de suprimentos, e a única alternativa era contar com o comerciante; quando chegava o final do mês, ao ajustar as contas, o trabalhador pagava o que devia e fazia nova compra, ou seja, ficava devendo com a esperança de quitar sua conta na próxima venda da produção, porém tornava-se uma dívida impagável.

Sousa (2022) considera era relação comercial análoga à escravidão, em que os trabalhadores nativos vendiam barato seus produtos e compravam alimentos caros, e continuavam devendo, numa exploração de trabalho materializada entre capital e trabalho, em outros termos, entre a classe detentora do poder material contra a classe que disponha somente da força de trabalho.

Assim, o território é dominado por uma ideologia atrelada ao capital, voltada somente para acumular riqueza em detrimento do trabalho alheio. Marx (2010) considera que o trabalhador, quanto mais mercadoria produz, mais alienado se torna, e ao mesmo tempo o trabalhador se torna mercadoria também, numa relação de produção desigual que se instala no interior das indústrias, de modo que o sujeito se entrega até a alma ao capital em troca de um salário mensal que não é suficiente para suprir suas necessidades básicas.

Foi no contexto desse cenário opressor entre capital e trabalho que os trabalhadores pesquisados iniciaram sua organização política, com apoio da parte progressista da Igreja Católica, no sentido de construir organização que pudesse contrapor-se aos interesses do capital, representado pelas oligarquias comerciais. A Igreja Católica, a partir da década de 1980, impulsionada pela Teologia da Libertação,

---

<sup>4</sup> *Mandonismo* é expressão utilizada por Mendes (2005) em sua dissertação de mestrado para referendar os grupos familiares que se revezavam no poder da administração pública em Cameté; entre essas famílias citam-se os Mendonças, os Parijós, os Medeiros e os Peres.

<sup>5</sup> Tratava-se de um sistema de crédito conhecido como aviamento”, em que o comerciante local, ligado aos comerciantes da capital do Estado, fornecia provisões para os trabalhadores do campo (ribeirinhos e da zona rural), sendo o pagamento feito através da extração de produtos como cacau, borracha e castanha-do-pará (Sousa, 2002, p. 55).

proporcionou aos trabalhadores formação no campo do financiamento e organização política, como movimentos sociais, para que os trabalhadores construíssem instrumentos de luta em prol de seus interesses, e ao mesmo tempo concepções contra hegemônicas.

Com apoio da Igreja Católica, os sujeitos pesquisados começaram a organizar-se politicamente, e assim construíram estratégias de luta em prol da conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que na década de 1970 se encontrava sob o domínio de sujeitos que comungavam com as ideologias do capital. Para Sousa (2002), os sindicatos, naquela década, tinham poder de assistência social aos trabalhadores, encaminhando-os para a aposentadoria e o apoio à saúde, por isso as oligarquias estavam atreladas ao sindicato para usufruir desses benefícios.

As organizações dos trabalhadores tornaram-se estratégias fundamentais para a conquista de um território que estava atrelado aos interesses do capital, e a partir da década de 1980 os sujeitos oriundos de diversas localidades de Cametá, terra firme, ribeirinhos, ilhas e outros lugares, começaram a organizar-se em movimentos sociais, seja o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) ou a Colônia Z-16, em busca de melhores condições de existência, ao mesmo tempo conquistando experiências de luta contra as estruturas do modo de produção vigente.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira estão os passos da pesquisa, em que apresentamos sucintamente como se materializou o delineamento do estudo. Na segunda parte, analisamos a luta dos movimentos sociais por território, frisando como os trabalhadores construíram estratégias de luta em favor de seus interesses contra as estruturas do capital.

No terceiro momento, apresentamos os saberes e consciência de classe para si em prol do território, este por sua vez como espaço de disputa entre capital e trabalho, ao mesmo tempo registrando o poder de organização dos trabalhadores por um território com direitos e deveres de todos. Por fim, as considerações finais, em que se trata dos pontos relevantes do estudo.

### **Os passos da pesquisa**

A presente pesquisa se efetivou no contexto da Prelazia de Cametá, atualmente Diocese de Cametá, que por sua vez é um território que abrange a região Tocantina e a região Transamazônica, ligado à Igreja Católica e englobando

10 municípios: Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Tucuruí, Pacajá, Novo Repartimento e Breu Branco (Lisboa, 2019).

O município de Cametá situa-se à margem esquerda do rio Tocantins, na mesorregião do Nordeste Paraense, com uma área que corresponde a 3.081,36 km<sup>2</sup>, com limite ao norte com o município de Limoeiro do Ajuru, a nordeste e leste com Igarapé-Miri, a oeste com Oeiras do Pará e ao sul com Mocajuba.

O município possui 388 anos de existência, tendo sido fundado em 24 de dezembro de 1635, e é uma das cidades mais antigas da Amazônia. A palavra Cametá é de origem tupi: de *caá* (“mato, floresta”) e *mutá* ou *mutã*, um tipo de degraus construídos em galhos de árvores feitos pelos indígenas que habitavam a região; em tradução livre, o nome significa “degrau no mato”. Economicamente, o município se apoia no serviço público, no extrativismo vegetal, no comércio, na pesca artesanal e na produção agrícola (Barra, 2019).

A pesquisa se apoiou no materialismo histórico-dialético, pois, segundo Frigotto (1997, p. 73), “para ser materialista e histórica, tem que dar conta da totalidade do específico, do singular e do particular”. Sobre essa categoria, Franco (2001, p. 132) acrescenta que “a totalidade é um conjunto de atos articulados ou um contexto de um objeto com suas múltiplas relações, ou ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem”.

O materialismo histórico-dialético permite analisar o objeto pesquisado numa totalidade, possibilitando a construção do conhecimento rumo à transformação da realidade. Frigotto (1997, p. 81) destaca que “a teoria materialista histórica tem como pressuposto que o conhecimento se dá na e pela práxis, ou seja, esta representa a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas: a teoria e a ação. A reflexão teórica sobre a realidade, torna-se uma ação para transformar”.

Essa abordagem de pesquisa possibilitou análise do processo de formação das lideranças comunitárias na Prelazia de Cametá nas décadas de 1980 e 1990, subsidiando compreensão sobre a experiência formativa desenvolvida pela Igreja Católica progressista naquelas décadas.

Como instrumento de coleta de dados, apoiamos-nos na história oral, por compreendermos que essa técnica de entrevista valoriza a voz dos sujeitos, possibilitando, segundo Thompson (1987), “por meio da sua singularidade de seus depoimentos construir e preservar a memória coletiva”. É importante ressaltar que os

dados obtidos através da história oral não se exaurem no sujeito, são uma fala que representa o coletivo.

O relato de uma vida, de parte de uma vida, ou mesmo depoimento sobre um fato, não significam tão somente a perspectiva do indivíduo, pois esta é informada pelo grupo desde os primórdios do processo de socialização. A versão do indivíduo tem, portanto, um conteúdo marcado pelo coletivo, ao lado certamente de peculiaridades individuais, se há uma memória coletiva, é certamente porque a forma da vivência teve também um determinante coletivo (Lang, 1996, p. 135).

Cada depoimento é importante porque retrata uma determinada singularidade, possibilitando identificar e constatar a construção do imaginário coletivo. Para Thompson (1987), “a história oral é uma história construída em torno de pessoas, ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação”. Ou seja, ao oportunizar voz aos indivíduos anônimos, permite a revelação de experiências e acontecimentos que não se encontram nas literaturas.

Articulada com a história oral, apoiamo-nos na entrevista semiestruturada, possibilitando alcançar os objetivos propostos. Entrevistamos cinco sujeitos que fizeram parte do processo formativo do território da Prelazia de Cametá.

Na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica. (Lüdke; André, 1986, p. 33).

Na entrevista observamos o sentido que os sujeitos entrevistados oferecem aos acontecimentos que fazem parte de suas vidas, em que o caráter semiestruturado ratifica a confiabilidade da construção do objeto proposto.

As análises dos dados seguiram as recomendações da Análise de Conteúdo. Bardin (2016) apresenta três fases: a primeira é a pré-análise, fase em que o autor chama a atenção para a organização do material, ao mesmo tempo construindo as hipóteses e os objetivos do estudo. Assim seguimos, selecionando os materiais que reportam o saber dos movimentos sociais que representam a luta pelo território.

O segundo momento do tratamento dos dados é a tomada de decisão, pondo-se em prática o que se planejou no primeiro momento. “Se as diferentes operações

da pré-análise forem convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas” (Bardin, 2016). Após a organização do material dos movimentos sociais, contando com cartas, atas, boletins e outros, partimos para a interpretação dos dados.

Bardin (2016) chama a atenção para a terceira fase, em que os dados são transformados em significados válidos. É a materialização da hipótese, da inquietação da pesquisa e dos objetivos. No presente estudo, compreendemos que os sujeitos pertencentes aos movimentos sociais, como Colônia Z-16 e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais articulados com parte da Igreja Católica, lutam historicamente para ocupar território num espaço marcado por ideologias do capital, materializado nos grupos oligárquicos da região do Baixo Tocantins.

### **A luta dos movimentos sociais por território**

Os movimentos sociais são agentes de mudança cuja luta consciente e ordenada é gerida a partir de estratégias e objetivos definidos pelas pautas formativas, e são capazes de contribuir na transformação da sociedade. São sujeitos reunidos em coletivos que possuem propostas socioeducativas elaboradas no interior dos movimentos sociais e durante as lutas por direitos, que formam os sujeitos para resistir às políticas de exclusão e opressão implementadas pela classe dirigente, a exemplo desses movimentos no município de Cametá, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, que buscam pautar sua práxis na luta coletiva, movidos por ações concretas em prol da conquista do território<sup>6</sup>.

Como exemplo podemos mencionar a Colônia de Pescadores Z-16, que na década de 1990 era coordenada pela elite do poder local, um grupo de pessoas que detinham a centralização do poder do município. Por outro lado, os pescadores se organizam para assumir a direção da Colônia, como se observa a fala do pescador.

Em 1988 começou a briga por causa da Colônia, desta Colônia, ela que estava nas mãos do pessoal do Lilico, nesse tempo já era o filho do Lilico que estava na direção. Com ajuda da pastoral dos pescadores, começamos a reunir, a gente reunia três, quatro, cinco,

---

<sup>6</sup> Um autor que avança nos estudos territoriais é justamente o geógrafo suíço Raffestin (1993/1980), que entende, resumidamente, o território como um espaço modificado pelo trabalho e que revela relações de poder. Não há território sem relações de dominação e subordinação (Saquet, 2006, p. 64).

vezes, debatendo, discutindo as formas, de conquistar a colônia. Dessas nossas reuniões surgiu uma reunião grande, realizada no sindicato dos trabalhadores rurais, eu não estava, mas eu soube que queriam brigar, teve briga, o pessoal do Lilico se revoltou contra o nosso pessoal. (Informante 3, entrevistado em dez de 2024).

Esse posicionamento do pescador demonstra a luta por território, para ocupar espaço dos pescadores a partir de uma organização política, um exemplo, que a luta entre trabalhador e capital era presente na realidade dos trabalhadores da região pesquisada. “Os processos de aprendizagem que os movimentos constroem através de suas lutas políticas e sociais, colocam em debate as mudanças necessárias que devem ser diagnosticadas pelos movimentos ao longo de sua história” (Barra, 2019, p. 46).

Gohn (2011) ressalta que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural com variadas formas de os grupos se organizarem. Para essa autora, os movimentos, ao realizarem análises da realidade, constroem proposições de mudança social, que são essenciais na luta por cidadania e direitos daqueles que são considerados a camada supérflua da sociedade.

É a partir dos direitos que fazemos o resgate da cultura de um povo e de uma nação, especialmente em tempos neoliberais que destroem ou massificam as culturas locais, regionais ou nacionais. Partir da óptica dos direitos de um povo ou agrupamento social é adotar um princípio ético, moral, baseado nas necessidades e experiência acumuladas historicamente dos seres humanos, e não nas necessidades do mercado. (Gohn, 2011, p. 52).

Os direitos interligados com a cidadania sempre estiveram ancorados em várias abordagens teórico-metodológicas que influenciaram o processo de “mudança da sociedade”, alinhadas com a visão de mundo dominante e justificadas por algumas correntes teóricas como ideal de sociedade a ser seguido.

A cidadania, no âmbito do liberalismo, está conectada à noção dos direitos naturais, como o direito à liberdade, à igualdade e à propriedade, reforçados pela Declaração dos Direitos do Homem de 1789, que postula a propriedade como um bem supremo. Como definir a propriedade a partir da lógica liberal?

Era um homem suficientemente esclarecido para escolher seus representantes, com conhecimento de causa, independente das pressões, e era ainda, acima de tudo, um proprietário (de terras e imóveis). Começava a nascer o sujeito político burguês, independentemente de sua origem social estar vinculada à nobreza ou ao clero. (Gohn, 1992, p. 11).

Ou seja, a cidadania estava intimamente ligada à questão de posse daqueles que possuíam as condições materiais necessárias para subsistir com êxito na sociedade, em que a propriedade seria o símbolo maior de liberdade tanto econômica quanto intelectual, como preconiza Gohn (1992, p. 13): “os proprietários tinham direito a plena liberdade e a plena cidadania”.

Os trabalhadores, na concepção liberal de cidadania, não eram reconhecidos como cidadãos, não possuíam as condições necessárias para se tornarem sujeitos autônomos, emancipados, capazes de realizar escolhas políticas na sociedade. O proletariado, nessa perspectiva, seria incapaz de formular pensamentos críticos e, conseqüentemente, de se tornar protagonista da história, não sendo dotado de uma racionalidade política para que pudesse agir com maior criticidade dentro do tecido social; tal disparidade, em relação à classe dos proprietários, seria o elemento preponderante para serem reconhecidos como não cidadãos na concepção liberal.

Eles seriam incapazes de governar suas vidas por princípios de ordem moral, raramente elevariam seus pensamentos acima de sua substância. Suas ações são desordeiras e ameaçariam a ordem. Por isso eles não poderiam saber, apenas precisavam acreditar. A educação para a cidadania não faria parte do universo da classe trabalhadora, porque ela não seria cidadã. A igualdade natural, inata entre os homens, seria desfeita no plano da sociedade real, pela desigualdade entre cidadão-proprietário e o não cidadão e o não proprietário. (Locke, 1999, p. 12).

Tal proposição, que nega o lugar de fala e de direitos da classe desfavorecida, sofreu mudanças com o advento do racionalismo ilustrado do século XVIII, que propunha a transformação da sociedade através da autonomia da razão humana, de modo que todos os sujeitos fossem partícipes do processo evolutivo da sociedade a partir da transformação na ordem social vigente, pois o sonho de mudança possibilitaria aos não proprietários, ou seja, à classe trabalhadora, a inserção ou a possibilidade de serem chamados de cidadãos de direitos; para que tais mudanças acontecessem, seria

[...] fundamental uma reforma política, onde o homem se tornasse sujeito histórico capaz de modificar a realidade. E, para tal, ele precisava ser livre e consciente. A questão da cidadania se resumiria a uma questão educativa. Dentro desta questão estavam várias tarefas eminentemente pedagógicas. As diferenças sociais eram vistas como diferenças de capacidades. (Gohn, 1992, p. 13).

Diante da consolidação do capitalismo, as lutas sociais não foram apenas para garantir o processo de subsistência dos despossuídos da sociedade, pois estava em jogo a luta por direitos no que tange ao exercício da plena cidadania dos desfavorecidos socialmente, de modo que, diante de um cenário contraditório, a educação formal foi vista pela classe dos dirigentes da sociedade como instrumento determinante para o controle social, evitando-se, assim, “as desordens” por parte da classe subalterna. O controle seria realizado pelo Estado, com a finalidade de formular política formativa para a classe trabalhadora que atendesse às necessidades do capital.

De um lado, encontra-se as concepções liberais de educação, claramente informadas pelo idealismo e pelo ideário da continuidade das relações sociais dominantes da sociedade capitalista; de outro se posicionam as concepções que, partindo de uma crítica as relações sociais do capitalismo, desenvolvem uma visão profundamente negativa do complexo da educação em virtude da vinculação desta com a continuidade das ditas relações sociais de dominação. (Macário, 2005, p. 10).

Em face das contradições oriundas do liberalismo clássico do século XVIII e das concepções de cidadania do século XIX, que “alargavam” o conceito de cidadania aos subalternos, mas apenas para a domesticação e controle, ressaltando que nesse contexto “os direitos sociais estariam garantidos pelo o Estado”, mas apenas para a manutenção do *status quo* dos privilegiados; já no século XX surgem novas definições de cidadania e direitos, enviesadas por um projeto burguês que preconizava menos direitos e mais deveres dos indivíduos para com o Estado, difundindo a ideia de um proletariado passivo alheio à realidade social; o que interessava

[...] era que as massas se tornassem ordeiras no seu convívio social, no seu “devido lugar”. O essencial não era instruir, racionalizar o indivíduo, mas racionalizar a vida econômica, a produção, o tempo das pessoas, o ritmo dos corpos, a disciplina das mentes. Ou seja, a única educação que interessava era a formação e produção da mercadoria para o trabalho. (Gohn, 1992, p. 75).

Diante desse cenário, marcado por contradições do capital excludente e opressor, grupos organizados da sociedade civil se mobilizaram enquanto movimentos sociais na luta por direitos e pela efetivação da cidadania plena. Eram sujeitos que compreenderam a necessidade de reunir-se coletivamente em prol da conquista do território como espaço de vida digna para todos.

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito a dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista etc...são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais. (Gohn, 1988 *apud* Gohn, 2012, p. 15).

No Brasil, a organização dos movimentos sociais foi essencial para ampliação do processo democrático e contribuiu na construção de espaços públicos de debates. Eram os movimentos sociais se apropriando dos saberes historicamente acumulados para construir estratégias de apropriação dos territórios, compreendendo que o espaço não pertence a uma classe, mas é de todos.

As massas se articulam em torno do projeto hegemônico da classe trabalhadora, elas se libertam da condição amorfa e fragmentada em que vivem, elas se tornam o ator coletivo histórico que promove a superação de todo o particularismo, estabelecendo, no horizonte socialista, uma nova grandeza ético-política. (Costa, 2002, p. 41).

A atuação dos movimentos sociais, na prática cotidiana no Brasil, inaugura uma nova fase desses movimentos na vida política do país. Tal fato caracteriza-se pela conquista “do direito a ter direito”, por reivindicar o direito a participar da redefinição dos direitos e da gestão do território.

Há nesse período, a criação de movimentos sociais distintos – movimento operário e movimentos revolucionários desde a revolução francesa, no Brasil, movimentos na fase do regime político populista diferentes do final da década de 70 e parte dos anos 80, movimentos Populares reivindicatórios urbanos articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar) embora muitos dos atuais sejam herdeiros dos anos 80. Lutavam na época para ter direito a ter direitos. (Gohn, 2014, p. 32).

Gohn (2014) analisa como os movimentos sociais vêm organizando-se no campo socioeconômico e político em busca de voz e vez sobre o território. A partir dos anos 1960, o estudo dos movimentos sociais ganhou força e *status* de objeto científico de análise, fruto da reflexão sistemática e do pensar voltado para entender, conceituar e delimitar esse novo objeto de pesquisa. No livro *Movimentos sociais no início do século XXI*, Gohn (2007, p. 31-32) apresenta os eixos temáticos sobre os

quais as lutas e as demandas dos movimentos sociais no Brasil estão agrupadas, a saber:

(1) lutas e conquistas por condições de habitabilidade na cidade, nucleados pela questão da moradia, expressa em três frentes de luta: a) articulação de redes sociopolíticas que militam ao redor do tema urbano (do habitat, a cidade propriamente dita) e participaram do processo de construção e obtenção de um 'Estatuto da Cidade'; b) movimentos sociais populares dos Sem-teto (moradores de ruas e participantes de ocupações de prédios abandonados); c) contra a violência urbana (no trânsito, ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio); (2) mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político administrativa da cidade (Orçamento Participativo e Conselhos Gestores). (Gohn, 2007, p. 31-32).

A partir do posicionamento de Gohn (2007), exemplificamos a luta dos movimentos sociais na região Tocantina, que Barra (2019) e Rodrigues (2012) destacam como fenômenos-chaves por meio da institucionalização de práticas sociais, a partir do pensamento de parte da Igreja Católica progressista, que priorizaram processos de inclusão social de camadas tidas como vulneráveis ou excluídas de condições socioeconômicas ou de direitos, assim expressa um trabalhador ligado a igreja católica.

A Prelazia de Cametá usou a formação através de cursos, com a participação da entidade chamada FASE, onde tinha os professores, no de 1980 ano trabalhei, ela começou a realizar cursos para os trabalhadores rurais, era realizado todo um trabalho de conscientização para exigir os seus direitos, era um tempo muito difícil, dominado pela ditadura militar, quando se realizava esses encontros eram considerados subversivos, comunistas, eles pregavam isso (Informante, 2, entrevistado, dez de 2024).

A igreja católica impulsionou a formação de lideranças comunitárias, estas por sua vez construíram os movimentos sociais na região do baixo Tocantins, principalmente no município de Cametá. Essa postura inaugura novo momento da trajetória dos movimentos sociais, principalmente na região pesquisada. Há uma pluralidade de movimentos que se diferenciam não apenas por suas causas, demandas e anos de existência, mas por projetos e visão de mundo, por objetivos e articulações políticas.

Os movimentos sociais modificam-se bastante, realizam mudanças identitárias e incluem outras perspectivas do pensar e do agir social. A dimensão política às vezes foi esquecida ou até mesmo negada. Outros conseguiram se reconfigurar de acordo

com as necessidades das novas realidades, tendo em vista a luta coletiva por direitos. Os movimentos sociais alteraram as estratégias de reivindicação para não ficarem à margem da história, atuando segundo certas condições pautadas pelas novas institucionalidades criadas pelas políticas públicas. A ação do capital cria outro mecanismo para desestruturar os movimentos, como afirma Gohn (2014):

Captura-se o sujeito político, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protesto, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transforma-se as identidades políticas desses sujeitos, construída em processos de lutas contra a diferenciação e discriminação, em políticas de identidades, arquitetado e controlado por secretarias de Estado em parcerias com as organizações civis que desempenham papel de mediadores. (Gohn, 2014, p. 39).

A luta política, que foi importante na construção de lideranças e na organização desses movimentos pela Igreja Católica, desaparece da ação coletiva, quando é capturada pelas referidas estruturas políticas, tornando-se força contrária ao projeto de visão de mundo trazido pela Igreja Católica local, como destaca Sousa (2002):

O Sindicato, na década de setenta, era o principal instrumento de assistência aos trabalhadores rurais em Cametá, sendo encarregado de encaminhar os processos de aposentadoria e responsável pelo serviço de saúde destinado aos trabalhadores rurais. O STR desfrutava de grande poder agregador dos trabalhadores rurais, por isso a oligarquia local procurava manter uma relação de colaboração com o Sindicato, inclusive viabilizando convênios com outras entidades governamentais, em troca de apoios do sindicato em outros momentos, inclusive eleitorais. (Sousa, 2002, p. 13).

Nessa condição, ao assumir a função de operar como administrador de serviços públicos do Estado, o sindicato cooperava para assegurar o controle dos trabalhadores pelo regime militar, empoderando as oligarquias locais e contribuindo para manter a política de dominação que afligia os trabalhadores na região pesquisada.

A partir de 1980, em vista da urgência de romper com a ditadura militar, os movimentos sociais de Cametá construíram posicionamento político em prol do território, impulsionados pela ala progressista da Igreja Católica local. Segundo Sousa (2002, p. 146), “a ação política dos camponeses como atores portadores de um projeto de sociedade igualitária, democrática e voltada ao atendimento dos interesses das grandes maiorias oprimidas” proporcionou ordenamento dos trabalhadores, através de um processo formativo que possibilitou a tomada da diretoria do sindicato, que

então estava nas mãos dos sujeitos que se articulavam com as ideias da classe dominante, como menciona um dos entrevistados “A formação de lideranças (na época conhecido como animadores e acho que até hoje) acontecia de forma horizontal e vertical, tinha a formação religiosa e política” (Informante, 3, entrevistado, dez de 2024).

[...] lógica do compromisso, da lealdade e da reciprocidade que fundamentava a relação entre camponês e elite comercial e política, resultando numa organização política de camponeses que, sob a influência da Igreja Católica, rompeu os laços de dependência em relação às elites mercantis e políticas locais. (Sousa, 2002, p. 203).

O fortalecimento do sindicato pelas lutas sociais culminou em sua tomada pelos trabalhadores rurais, que assumiram posteriormente o direcionamento político, passando a agir de acordo com os seus interesses, conforme Rodrigues (2012):

Passou a desempenhar na região o papel de articulador dos interesses do meio rural, buscando a conquista de crédito bancário para a produção do pequeno agricultor, fortalecendo a diversificação da produção, bem como propiciando um processo de inserção dos trabalhadores na luta contra os interesses oligárquicos no município, muito presentes na formação de seus quadros de dirigentes que acabavam por ocupar posições estratégicas para se manter no poder, como em mandatos político-partidários. (Rodrigues, 2012, p. 282).

Tais elementos evidenciam o palco de disputas político-sociais que transcorreram no período já mencionado e contribuíram no interior das contradições da luta de classes com o fortalecimento das ações dos movimentos sociais, enquanto representantes da classe trabalhadora, opondo-se, segundo Rodrigues (2012), “às oligarquias locais, enquanto presentificação do modus operandi do capital e dos valores burgueses na região”.

Mesmo diante dos desafios oriundos da metamorfose do capital, os movimentos sociais no município de Cameté tornaram-se fundamentais na luta contra as amarras do poder opressor, uma vez que se apresentavam como uma forma de resistência nos cenários de exploração, conflitos e dominação, tendo nas ações coletivas dos movimentos sociais uma forma de enfrentamento da lógica perversa do capital.

Os sujeitos da ação social, entram com tudo como sujeitos políticos, cognitivos, éticos, sociais, culturais, emocionais, de memória coletiva, de vivências, de indignação, sujeitos de presente e de futuro. Os movimentos sociais mexem com tudo, porque neles os coletivos arriscam tudo. (Arroyo, 2003, p. 34).

Essa concepção não individualizada da ação pensa o indivíduo na práxis da totalidade, forjado no interior dos movimentos e indo na contramão da política fragmentada, acrítica e reducionista utilizada para atender às necessidades do capital, no que concerne aos aspectos formativos dos sujeitos, ou melhor, a partir da formação desenvolvida por parte progressista da igreja que os sujeitos pesquisados construíram nova mentalidade prol da organização coletiva.

Na década de 1980, aconteceram muitas formações para lideranças (conhecidos na época como animadores). Uma coisa que fez a diferença na formação, foi a Teologia da Libertação e o modelo de educação popular que veio, e nos ajudou muito, tudo isso fazia a gente sentir vontade de mudança, de querer transformar a realidade, mesmo diante da ditadura, para buscar a libertação. Foi através dessas influências que a Prelazia buscou orientar de como ser cidadão e lutar por nossos direitos, para isso participei de vários congressos, encontros e fui aprendendo a formação para luta e para a vida (Informante, 4, entrevistado dez de 2024).

As lutas em favor de um projeto político revolucionário, por meio de ações coletivas sociais, são o germe da mudança que vai de encontro às contradições produzidas pelo capital, como enfatiza Gohn (2011):

Neste aspecto, a construção e a resignificação de suas atividades sociais são decorrentes da materialidade histórica produzida por esses sujeitos, como elementos que ratificam sua luta de classes e da consciência da mesma para si, empreendidas por estes a partir de sua entidade organizativa. (Gohn, 2011, p. 37).

A construção da consciência de classe para si sinalizada por Gohn (2011) perpassa a materialização das ações coletivas tecidas no interior dos movimentos sociais, possibilitando aos sujeitos envolvidos uma compreensão histórica da situação de classe por eles vivenciada, favorecendo o processo de disputas hegemônicas e de luta de classes.

### **Saberes e consciência de classe para si em prol da conquista do território**

Marx e Engels (2007) sinalizam que “a consciência, o conhecimento que os homens possuem do mundo, as representações sociais, a capacidade teleológica de agir sobre a realidade, [...] não estão dadas a priori, mas, pelo contrário, resultam do mergulho dos homens na realidade social”, compreendendo que são as relações materiais de produção que propiciam a construção do conteúdo da consciência.

A produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material [...]. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. [...] A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real. (Marx; Engels, 2007, p. 51).

As relações materiais tecidas entre os homens são frutos de uma sociedade do capital que põe os indivíduos em estado contínuo de disputa política, tendo como consequência o caráter classista da própria compreensão de consciência, sendo esta um instrumento necessário para a organização e ação dos trabalhadores em torno de uma construção hegemônica.

A consciência de classe não se refere à consciência psicológica de cada sujeito da classe trabalhadora, no dizer de Lukács (2003, p. 178), mas “ao sentido, que se tornou consciente da situação histórica de classe”, ou seja, não é a mera compreensão da classe trabalhadora da situação de exclusão vivenciada por ela em decorrência do processo de alienação, materializado no município de Cameté pelas oligarquias locais, mas sobretudo a consciência de classe é que poderá fornecer elementos importantes para o processo de disputas hegemônicas da classe trabalhadora.

O primeiro deles refere-se à própria inquietação consciente diante da realidade excludente, o que por si só nada provoca de mudanças estruturais na sociedade; o segundo, entretanto, refere-se à imperiosa necessidade de se criarem estratégias e táticas de disputas, a fim de se empreender um processo de transformação social, em termos marxistas, para além do capital. (Rodrigues, 2012, p. 78).

É nessa perspectiva que a experiência formativa pensada pela Igreja Católica no município de Cameté no período de 1980 a 1990 pode ter criado junto às lideranças comunitárias uma consciência crítica materialmente produzida, que pode ter contribuído, conforme Marx e Engels (2007, p. 66), para “a formação de uma massa revolucionária que se [...] revolta [...] não só contra as condições particulares da sociedade, mas também contra a própria ‘produção da vida’ vigente”, transformando-se assim em uma consciência ativa que serve de guia para práxis políticas em contraposição ao capital, como destaca uma das entrevista.

Existia no clero da época uma leitura crítica da realidade político-social do Brasil e em particular da região do baixo Tocantins, combinada com a concepção do ser igreja, que não era apenas o culto a Deus e a construção de prédios, mas sobretudo a vivência humana baseada na fraternidade, justiça social e a construção de um mundo de irmãos, quer dizer de vida digna para todos. Essa foi a base angular das C.Cs - Comunidades Cristãs, organização de base religiosa com visão crítico social e prática participativa e comunitária ( Informante 5, entrevistada dez de 2024).

Nesse sentido, a forma de elaboração coletiva desenvolvida por esses sujeitos no município em questão pode ter possibilitado a construção de uma consciência de classe.

A consciência de classe é a reação racional adequada que deve, dessa maneira, ser adjudicada a uma determinada situação típica no processo de produção. Essa consciência não é nem a soma nem a média do que os indivíduos que formam a classe, tomados separadamente, pensam, sentem, etc. Entretanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade está determinada, em última instância, por essa consciência e não pelo pensamento etc., do indivíduo. E essa ação não pode ser conhecida a não ser a partir dessa consciência. (Lukács, 1979, p. 5).

Torna-se, assim, elemento indispensável no processo de emancipação dos indivíduos que primam pela construção de uma nova sociabilidade, em que os saberes produzidos na experiência formativa junto às lideranças comunitárias, no interior dos movimentos sociais e na dinâmica contraditória das lutas de classes, tornam-se fundamentais no enfrentamento da política capitalista, que aliena, explora e marginaliza os sujeitos.

Jamais se deve ignorar a distância que separa o nível de consciência, mesmo dos operários mais revolucionários, da verdadeira consciência de classe do proletariado. Esse estado de coisas também é explicável a partir da doutrina marxista da luta de classes e da consciência de classe. O proletariado só se realiza ao suprimir-se, ao levar até o fim sua luta de classes e ao instaurar a sociedade sem classes. A luta para o estabelecimento dessa sociedade, de que a ditadura do proletariado é uma simples fase, não é apenas uma luta contra o inimigo exterior, a burguesia, mas simultaneamente uma luta do proletariado contra si mesmo: contra os efeitos devastadores e degradantes do sistema capitalista na sua consciência de classe. (Lukács, 2003, p. 78).

As lideranças comunitárias, envolvidas na experiência formativa elaborada pela Prelazia de Cametá, vão percebendo sua potencialidade a partir da compreensão da materialidade histórica, e conseqüentemente, segundo Rodrigues (2012), vão

tomando consciência do grupo social ao qual pertencem, passando a se organizar em torno de seus interesses, cristalizando, assim, a classe para si.

A posição comum quanto à propriedade em uma pluralidade de indivíduos não é suficiente para a sua real existência como classe desenvolvida. Cedo ou tarde, eles irão adquirir uma certa percepção de sua posição comum (e da correspondente oposição a outras classes), iniciar a comunicação e interação mútuas, produzir formas mais duradouras de organização interna (p. ex. liderança, representação política), resultando então na emergência da “classe para si” desenvolvida, capaz de articular e defender seus interesses. (Sztompka, 1998, p. 294).

Nessas premissas, Lukács (2003), ao abordar as questões relacionadas à consciência de classe, apresenta “que ela passa por dois momentos fundamentais no processo de sentido sobre a situação histórica de classe, consubstanciados numa consciência de classe em si e numa consciência de classe para si”.

A princípio e, em consequência do ordenamento da propriedade privada, percebe-se que o surgimento da classe em si independe da consciência sobre a realidade gerada na relação capital-trabalho. Segundo Barra (2019), “a consciência de classe não chegou a instaurar a ação organizada dos trabalhadores, ficando na constatação de que o mundo para uns é bom e para outros, mal”.

No entanto, no dizer de Lukács (2003, p. 184), faz-se necessário que os trabalhadores se tornem “uma classe, como disse Marx, não somente ‘em relação ao capital’, mas, para si mesmo”; isto é, elevar a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa”. Assim, a consciência atinge a condição de uma práxis revolucionária, nos parâmetros apresentados por Sánchez Vázquez (2011), quando a unidade teórico-prática passa a orientar a atividade política dos trabalhadores, fornecendo-lhes estratégias e táticas necessárias para as disputas de classe, como se observa na fala de um dos entrevistados.

As lideranças comunitárias, eles eram uma espécie de referência na organização das comunidades[...], eles eram responsáveis de visitar, animar de 15 a 20 comunidades, muitos animadores não sabiam ler nem escrever, mas faziam a leitura de mundo de forma perfeita[...]. Essas lideranças eram referência no processo de organização, de agrupamento, eram uma espécie de intelectuais sociais. (Informante, 4, entrevistado dez de 2024).

A dinâmica de construção de uma consciência de classe para si pressupõe o reconhecimento da necessidade de estruturação e da luta contra os interesses e

lógicas perversas do sistema do capital, que são opostos ao modo de vida dos trabalhadores; tais elementos são frutos da contradição vivenciada pelas lideranças de comunidades cristãs em relação à luta por emancipação social no município de Cametá.

Percebe-se que a política formativa desenvolvida pela Prelazia de Cametá pode ter construído consciência transformadora e libertadora junto aos trabalhadores presentes nas mais diversas comunidades de base e movimentos sociais locais, visando a levá-los à emancipação enquanto sujeitos e organizá-los a partir da lógica da luta coletiva, entendendo que essa era a possibilidade de construir uma nova realidade distinta daquela que se forjava sem a participação daqueles que estão na base da pirâmide social, ratificando, segundo Bava (1994),

[...] que a participação política se torne um exercício constante, voltada para a participação do homem e da mulher, como cidadãos conscientes de seus direitos, e que sejam respeitadas suas diferentes realidades, saberes construídos na prática comunitária de seu cotidiano, rompendo com toda e qualquer forma de discriminação e preconceito. (Bava, 1994, p. 61).

Desse modo, a ação formativa viabilizada pela Prelazia de Cametá junto aos movimentos sociais locais (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá, Colônia de Pescadores Z-16 e lideranças comunitárias) tornou-se objeto de reflexão crítica diante dos cenários de lutas vivenciados, buscando a emancipação contra a opressão e a exclusão social, uma vez que esses sujeitos reinventam o processo educativo de homens e mulheres na luta por direitos, entendendo que as mudanças só acontecem quando os sujeitos tomam consciência de suas situações e resgatam suas capacidades de indignação e mobilização em favor de um território com direitos para todos.

Arroyo (2001, p. 185) destaca que “às vezes estamos tão centrados na escola, que temos um escolacentrismo tão grande e pensamos que, se os excluídos não passam pela escola, continuarão na barbárie. Fora da escola não há salvação”.

Sendo a escola essencial para a dinâmica educativa da vida do ser humano em sociedade, os movimentos sociais ancorados na perspectiva libertadora, como os que foram engendrados pela filosofia formativa da Igreja Católica no município de Cametá, sinalizaram a partir da formação coletiva para “reeducar a escola” e o próprio conhecimento.

O conhecimento nos humaniza à medida que vamos humanizando-nos. O conhecimento torna-se mais humano, tem outro sentido para nós e para a escola. Somos capazes de entender o verdadeiro sentido até da escola e da teoria pedagógica na medida em que os humanizamos. (Arroyo, 2001, p. 187).

Ou seja, a construção de um novo sujeito passa por um processo de formação do ser, tendo como princípio básico a construção coletiva, que só é viável num cenário de proposta política que envolva uma visão de mundo e de sociedade que se contraponha à política hegemônica do capital. Acerca da hegemonia, Costa (2002, p. 40) afirma que ela

[...] é conquistada também e até mais propriamente no plano cultural, expressando assim, a capacidade de uma classe específica para dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade produzindo consensos em torno de seu projeto político”. (Costa, 2002, p. 40).

Ressignificar a história dos sujeitos através da dinâmica de formação desenvolvida pela Prelazia de Cametá nas décadas de 1980 e 1990 do século passado proporcionou aos envolvidos construir elementos de contra-hegemonia, o que pode ter possibilitado aos indivíduos capacidade transformadora, tornando-se o propósito das lideranças comunitárias no interior das comunidades de base e nos movimentos sociais vinculados às concepções progressistas da Igreja Católica local, com vistas a um território humano e igualitário.

## **Considerações Finais**

Analizamos a luta dos trabalhadores envolvidos nos movimentos sociais como Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais e da Colônia Z-16 no contexto da região do Baixo Tocantins, com destaque para o município de Cametá, no período das décadas de 1980 e 1990, num contexto de dominação de grupos oligárquicos atrelados às ideologias do capital; os grupos políticos desse período construíram uma organização comercial pautada na opressão do trabalhador, numa relação de troca desigual, beneficiando os proprietários, que enriqueceram por meio da exploração do trabalho alheio.

Por outro lado, apresentamos as experiências de organização dos trabalhadores, que construíram movimentos de luta em busca da conquista dos movimentos sociais, que no período analisado estavam vinculados aos sujeitos do

poder material da década de 1980, um exemplo de organização política em favor dos benefícios dos sujeitos da classe trabalhadora.

Analisar o contexto histórico do território de Cametá nas décadas de 1980 e 1990 demonstrou que as concepções do capital estão vinculadas à classe que detém o poder material, acúmulo construído a partir da exploração do trabalhador, como ocorreu entre patrão e trabalhador na extração dos produtos naturais da Amazônia, como cacau, borracha extraída da seringueira e outros.

A luta por território é histórica, e a relação entre capital e trabalho é muito presente nas relações de produção; a alternativa de superação deve partir da organização dos trabalhadores, não somente em lutas isoladas, mas na construção de organizações macro, como recomenda Marx (2010). A luta isolada não tem muitos ganhos, apenas reformas paliativas, e pensar numa sociedade democrática é necessário mobilização de todos os trabalhadores contra as ideologias que aprisionam e destroem a dignidade humana. Somente pela luta de todos se tornará possível construir outro modo de produção, em que todos possam beneficiar-se com dignidade.

## Referências

ARROYO, M. Educação em tempos de exclusão. In: GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

ARROYO, M. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2003/vol3/no1/3.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRA, J. D. F. **As transformações no mundo do trabalho e as implicações na formação dos pescadores artesanais na Amazônia Tocantina**. 2019. 195f. Tese (Doutorado em Educação) – UFPA, Belém.

BAVA, A. **O Estado e a luta de classes**. Rio de Janeiro, 1994.

COSTA, S. **As cores de Ercília**. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

FRANCO, M. C. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, M. da G. M. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011.

GOHN, M. da G. M. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LANG, A. B. da S. G. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe (org.). **(Re) Introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1996.

LISBOA, J. R. A. **Atuação da Igreja Católica na Prelazia de Cametá: o contexto da educação popular no período de 1980 a 1999**. 2019. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – UFPA, Cametá.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Trad. Eduardo Abranches Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACÁRIO, M. R. M. R. **Quality Management in Urban Mobility Systems: an integrated approach**. 2005. 415f. Tese (Doutorado em Economia) – UTL, Lisboa.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, O. da C. **A política de educação no município de Cametá: análise sobre a proposta da Escola Caá-Mutá, Escola Cidadã**. 2005. 264f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPA, Belém.

RODRIGUES, D. **Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará**. 2012. 337f. Tese (Doutorado em Educação) – UFPA, Belém.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SOUSA, R. V. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém: NAEA, 2002.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Trad. Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da vida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 1.